

Sofia Temer

**INCIDENTE DE  
RESOLUÇÃO DE  
DEMANDAS  
REPETITIVAS**

5.<sup>a</sup> edição

Revista, atualizada  
e ampliada

2022



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

T279i    Temer, Sofia  
Incidente de resolução de demandas repetitivas / Sofia Temer. – 5. ed., rev., ampl.  
e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2022.  
336 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5680-876-5.

1. Direito processual civil. 2. Incidente de resolução de demandas repetitivas I.  
Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
 <i>Capítulo 1</i>	
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA LITIGIOSIDADE REPETITIVA: FUNDAMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE TÉCNICAS PROCES- SUAS ESPECIAIS .....</b>	<b>29</b>
1.1. Necessária adequação da técnica processual: a insuficiência dos meios processuais “tradicionais” .....	30
1.2. Fundamentos para a técnica processual diferenciada: a tríade isonomia-segurança-duração razoável.....	37
 <i>Capítulo 2</i>	
<b>O QUE SÃO DEMANDAS REPETITIVAS? .....</b>	<b>41</b>
2.1. Direitos individuais homogêneos e a tradicional discussão so- bre sua natureza: dimensão material versus dimensão proces- sual.....	41
2.1.1. Há uma dimensão material que identifica os direitos in- dividuais homogêneos? .....	43
2.1.2. Direitos individuais homogêneos e sua dimensão pro- cessual.....	50
2.1.2.1. Técnica processual coletiva e identificação dos di- reitos individuais homogêneos: origem comum e preponderância de questões homogêneas .....	53
2.1.3. Demandas (ou questões) repetitivas: a distinção em re- lação aos “direitos individuais homogêneos”, identifica- dos no contexto do processo coletivo.....	56

**Capítulo 3**

<b>NATUREZA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....</b>	<b>65</b>
3.1. Apresentação da divergência: o IRDR julga “causa” ou apenas fixa tese? .....	65
3.2. Nossa posição: O IRDR fixa tese jurídica .....	69
3.2.1. IRDR resolve apenas “questões de direito” .....	70
3.2.1.1. Fixação da tese e fato-tipo: o raciocínio tipológico empregado ao IRDR .....	73
3.2.2. Desistência ou abandono e a autonomia do incidente....	79
3.3. O IRDR é meio processual objetivo .....	81
3.3.1. Esclarecimento: o empréstimo de algumas construções sobre o “processo objetivo” do controle de constitucionalidade e do movimento de “dessubjetivação” da atividade jurisdicional.....	82
3.3.2. O “processo objetivo” do IRDR: abstração e concretude	89
3.4. O IRDR não é técnica de processo coletivo .....	92
3.4.1. As ações coletivas referentes a direitos individuais homogêneos tutelam diretamente situações concretas .....	94
3.4.2. Ainda: o (possível) caráter coletivo do Musterverfahren não explica tal natureza para o IRDR.....	98
3.5. O IRDR não é mecanismo de cumulação de demandas: a distinção em relação ao litisconsórcio .....	101

**Capítulo 4**

<b>PROCESSAMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....</b>	<b>103</b>
4.1. Primeira fase: iniciativa para instauração e admissão do incidente .....	104
4.1.1. Legitimidade para provocar a instauração .....	105
4.1.2. Dispensabilidade de causa pendente no tribunal .....	107
4.1.2.1. Instauração a partir do primeiro grau: algumas reflexões sobre a (in)competência dos tribunais estaduais e regionais .....	112
4.1.3. Instauração de IRDR nos tribunais superiores .....	120
4.1.4. Pluralidade de pedidos ou ofícios sobre a mesma questão.....	121

4.1.5.	Instauração do IRDR e juizados especiais: breves comentários .....	123
4.1.6.	Admissão do incidente .....	130
4.1.6.1.	Delimitação do objeto do incidente: estabilização objetiva .....	133
4.1.6.2.	Suspensão das demandas repetitivas e possibilidade de distinção e prosseguimento.....	138
4.1.6.2.1.	Interpretação provisória como alternativa à suspensão total .....	145
4.1.6.2.2.	Suspensão da prescrição das pretensões fundadas na questão repetitiva.	147
4.1.6.3.	Fungibilidade e conversão entre IRDR e IAC ...	150
4.1.7.	Importância da publicidade e divulgação do incidente..	151
4.2.	Segunda fase: instrução .....	153
4.2.1.	Os sujeitos processuais e as possibilidades de atuação no incidente.....	153
4.2.1.1.	Algumas premissas para equacionar o problema da participação no IRDR.....	154
4.2.1.1.1.	Primeira premissa: inviabilidade de participação direta e pessoal e inadequação da “tradicional” substituição processual .....	155
4.2.1.1.2.	Segunda premissa: contraditório como direito de influência. Participação no IRDR como direito ao convencimento e não como necessidade de consentimento .....	159
4.2.1.1.3.	Terceira premissa: interesse e legitimidade como pressupostos processuais desvinculados de relações substanciais. A estrutura multipolarizada do incidente. ....	164
4.2.1.2.	Identificando os sujeitos processuais e as formas de atuação no IRDR.....	174
4.2.1.2.1.	Sujeitos condutores: a escolha de líderes para o debate .....	174
4.2.1.2.1.1.	A legitimação para condução do incidente.....	176

4.2.1.2.1.2.	Reflexões iniciais sobre os critérios para a escolha dos líderes: pluralidade de perspectivas argumentativas .....	180
4.2.1.2.2.	Sujeitos “sobrestados” .....	190
4.2.1.2.2.1.	Assistência: inviabilidade da mera transposição para o IRDR.....	190
4.2.1.2.2.2.	Ainda: inadequação das modalidades interventivas do controle abstrato de constitucionalidade e do processo coletivo .....	196
4.2.1.2.2.3.	A intervenção dos sobrestados: interesse na formação do precedente .....	198
4.2.1.2.3.	A participação “interessada” do <i>amicus curiae</i> .....	208
4.2.1.2.4.	A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública .....	215
4.2.2.	Instrução do incidente: pluralidade argumentativa .....	219
4.3.	Terceira fase: julgamento .....	221
4.3.1.	Procedimento da sessão de julgamento .....	221
4.3.2.	A decisão de mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas: elementos e eficácia.....	222
4.3.2.1.	Nota introdutória: precedentes e decisão no IRDR. Aproximações e distinções. ....	222
4.3.2.1.1.	Breves notas sobre o “sistema de precedentes”: <i>common law</i> e <i>civil law</i> ...	223
4.3.2.1.2.	A tradição dos precedentes e a decisão do IRDR: importantes distinções .....	227
4.3.2.2.	O “precedente” formado no IRDR: tese jurídica e eficácia vinculativa.....	235
4.3.2.3.	O que vincula na decisão? .....	239
4.3.2.3.1.	Aspectos essenciais da decisão: eficácia vinculativa e estabilidade da tese jurídica .....	239
4.3.2.3.2.	A “súmula” do IRDR .....	243
4.3.2.3.3.	Fundamentação e interpretação da tese jurídica .....	245
4.3.2.4.	Quem fica vinculado?.....	248

4.3.2.4.1.	A não vinculação direta da Administração Pública.....	249
4.3.2.4.2.	O argumento da violação da separação de poderes .....	251
4.3.2.4.3.	A fragilidade do argumento da inconstitucionalidade pela violação da independência do juiz.....	254
4.3.2.5.	Casos pendentes e casos futuros: eficácias distintas?.....	255
4.3.2.6.	Ainda: a estabilidade e a eficácia vinculativa da tese jurídica não se confundem com a extensão da coisa julgada .....	258
4.3.2.6.1.	Inadequação dos institutos do opt-in e opt-out .....	263
4.3.2.7.	IRDR como decisão sobre questão idêntica, com coisa julgada erga omnes? uma análise da proposta apresentada por Luiz Guilherme Marinoni...	265
4.3.3.	Recorribilidade da decisão que julga o mérito do IRDR	272
4.3.3.1.	Causas decididas, decisões definitivas e recursos excepcionais: o enunciado de súmula nº 513 do STF e o IRDR.....	274
4.3.3.2.	Interesse e legitimidade recursal .....	285
4.3.3.2.1.	“Recurso” para estender a tese para âmbito nacional: nova concepção de interesse e legitimidade? .....	288
4.3.3.2.2.	“Remessa necessária” no IRDR? Notas sobre o federalismo .....	291
4.4.	NEGOCIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO EM IRDR: breves comentários.....	292
4.5.	Atos posteriores à conclusão do julgamento do incidente: aplicação e revisão da tese.....	293
4.5.1.	Aplicação da tese: principais consequências no processamento e julgamento das demandas repetitivas.....	294
4.5.2.	Revisão e superação da tese .....	296
	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>303</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>309</b>